

Project: Building up intersectorial
~~interclass~~ networks as a model for
development in ^{or time of} a civilization change

Historical

Background: - In the last 25 years an attempt
was made, on a modest scale, to
interweave different groups working
directly on the social fabrics;

- Such need arose from the growing
concentration of ~~power~~ ^{political} in the hands of
the political parties' leaders and the
resulting incapacity of ~~ways~~ the citizens
to intervene in decisive political matters;

- This ~~actual~~ ^{reconstitutive} situation is the result of
the over-stressing of elements of representative
democracy, neglecting or killing the various
& numerous initiatives taken by spontaneous
formed around everyday community of
interests.

Constitutional
frame

-: In the Portuguese Constitution
drawn up in 76 and revised in 82
two specific articles give the background
for such a venture:

art 48 — — — —

art 112 — — — —



CAIU A MÁSCARA

O FACTO dominante da actualidade política é o golpe de Eanes — golpe publicitário e jornalístico, por enquanto. Mas, desde já, golpe político em potência. Na verdade, era de esperar qualquer jogada no género da que foi agora executada, mas não, talvez, tão cedo. Em todo o caso, Ramalho Eanes deixou tombar a máscara e finalmente (embora, como sempre, não frontalmente) deixou clara a sua pretensão: o poder, agora e para além do seu actual mandato.

EM TODA esta pouco elegante história, há a considerar quatro aspectos principais, que devem ser analisados com um mínimo de atenção: os argumentos, as reacções, os processos e as questões de fundo.

Os argumentos

A argumentação de Belém, embora inconsistente, é clara: se a revisão constitucional limitar demasiado (os limites não são definidos) os poderes presidenciais, o Chefe do Estado não recusará a promulgação mas considerará não poder manter-se em funções por ficar incapacitado para cumprir os compromissos específicos que assumiu ao ser eleito. Belém acrescenta que esta posição não constitui qualquer pressão sobre o Parlamento.

Mas o gesto presidencial só pode ser interpretado, precisamente, como pressão — e pouco subtil, aliás. Em primeiro lugar, é mais do que evidente que a argumentação moral não tem consistência. O eleitorado não escolheu Eanes para um segundo mandato sob qualquer condição prevista para os seus poderes, amo mais que já se sabe que a revisão constitucional implicaria uma reapreciação dessa matéria. Muito simples e linearmente, o eleitorado escolheu Eanes por simpatia, por preferência pessoal, porque já o conhecia (ou julgava conhecer), por obediência partidária ou por uma questão de equilíbrio institucional. Nada lhe foi perguntado quanto à questão dos poderes. E, se quisermos ser minuciosos, diremos então que os compromissos para que Eanes foi eleito são formalmente os que constam no texto do juramento.

Em segundo lugar, esta questão é, pelo menos, prematura. Se Eanes recusa (o que não foi dito) toda e qualquer limitação de poderes, está a opor-se objectivamente à revisão constitucional. Se aceita uma limitação parcial, deveria estar tranquilo, pois existe um consenso alargado, entre os deputados, quanto à manutenção de fórmula semi-presidencialista. E tal consenso existe para além das discordâncias especiais que terão de ser reguladas em votação por maioria qualificada.

Assim, Eanes não teria razões objectivas para levantar agora a questão; poderia fazê-lo, digna e calmamente, depois de promulgada a revisão, se fosse caso para tal. A menos...

A menos que esteja interessado em manter determinados poderes que, de facto, a julgar pelas opiniões

dos vários partidos, lhe serão retirados: os do foro militar. Mas, se assim é, porquê essa insistência, tendo em conta que a chefia do Estado não é um cargo reservado a militares e que Eanes, em 1985, não pode recandidatar-se? A menos...

A menos que se prepare para tentar evitar esse aborrecido e perigoso lapso de cinco anos, até 1990, durante o qual, quem sabe, outros mais altos valores políticos poderiam levantar-se.

As reacções

Perante a atitude de Belém, a reacção do Governo e dos principais partidos (com excepção do PCP, que tem concepções democráticas muito estranhas) foi a singularmente desastrosa e só veio reconfirmar a nossa penúria de dirigentes.

Pelo Executivo, Marcelo Rebelo de Sousa disse, em substância: «que diabo, não exagere, não é tanto assim...». A AD e parte da Oposição clamaram indignadamente: «chantagens e pressões». Mas em nenhuma posição se lê firmeza e resposta; a julgar pelas palavras de Mirão Soares, o PS parece mesmo ter ficado em pânico.

Ainda que firmeza e resposta faltassem, ainda que o pânico fosse real, a última coisa a fazer seria demonstrar tais sentimentos. Claro se torna que tudo isto é um «poker» político em que nenhum jogador está a altura.

Os processos

A atitude de Ramalho Eanes não deve ser apreciada apenas em função do conteúdo, mas também dos processos utilizados: eles dizem-nos muito sobre a mentalidade que os inspirou.

Não posso, evidentemente, provar-lo, mas tenho razões para crer — penso, até, ser evidente — que o tiro inicial, disparado através do Rádio Nacional de Espanha, partiu de Belém. Já é questionável que o Presidente da República recorra aos microfones espanhóis. Mas, logo a seguir, a Presidência recusa-se virtualmente a comentar o que classifica de «especulações» — para nos dias seguintes confirmar a notícia.

A mesma forma equívoca de actuar se verifica na «hipótese» da formação de um partido político, hipótese que até agora Ramalho Eanes havia desmentido em todos os tons, mas que afinal é de considerar, como disse o porta-voz de Belém, modelar na sua ambiguidade: a formação de

um partido não está a ser pensada, mas pode ser decidida: a CNARPE não é aquilo que dizem que é, mas o seu espírito está vivo, foi confirmado no âmbito do juramento e era sobre ser o ponto de partida, nos meses que chegaram muito bem. Para quem não estava interessado em formar um partido, há aqui uma notável eficiência.

Enfim, como classificar a peronista atitude (também de considerar) de, no acto de resignação, apresentar um candidato pessoal à Presidência? Dir-se-ia o proprietário rural: «eu tenho de me ausentar temporariamente, mas os senhores podem tratar de tudo com o meu feitor». Só que a quinta é Portugal (800 anos de história, etc., etc.).

Tendo em consideração que a quinta é Portugal, podemos estar diante da proverbial tempestade num copo de água. Mas, também, talvez não. Em todo o caso, ficou definitivamente afastada a máscara da missão nacional isenta de ambições e interesses. Quicá ela não fosse uma máscara, no início; mas sabemos até que ponto a atmosfera da cúpula pode alterar o rosto verdadeiro das pessoas.

As questões de fundo

Esta é já uma questão de fundo. Mas há outra, que lhe está ligada e que é da maior importância. É muito

claro que estes problemas só existem porque o nosso País não tem, no presente momento histórico, nem grandes dirigentes políticos, nem grandes ideólogos, nem, por conseguinte, ideologias (a do PCP é importada em caixas frigoríficas e descongelam-na à chegada, como as gambas).

Mas não nos enganemos: Ramalho Eanes não é — e tem-no provado — a resposta a esta necessidade nacional. Como chefe e como ideólogo, está ao nível e nos limites de Alcains e nada mais. Os nossos partidos são pobres em ideologia, mas pelo menos situam-se numa área e, melhor ou pior, actuam no seu contexto.

Eanes não tem contexto. A sua área, que seria a área do seu partido e que é hoje a do espírito (vivo) da ex-CNARPE, define-se pela confluência de interesses, de simpatias pessoais e de negação das zonas partidárias específicas. A sua elite é formada (ou melhor: impulsional) por todos aqueles que procuram manter um lugar ao sol político, para além de 1985. É uma amálgama de nova burguesia, oportunismo, pro-



João Aguiar